EVOLUÇÃO DOS ELEMENTOS ESSENCIAIS DO COMBATE

NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Desde que o homem começou a utilizar a guerra como instrumento da política, não tem cessado de evoluir o peso e a preponderância relativa dos chamados Elementos Essenciais do Combate (EEC). São eles: o fogo, o choque, o movimento, a protecção e o comando/ligação.

Repare-se que, para este efeito, a noção de **fogo** deve considerar-se anterior ao aparecimento das armas de fogo e materializa-se no arremesso à distância de uma qualquer munição letal – pedra, flecha, dardo, bala, granada, míssil, elemento químico, etc.. Com o fogo, procura-se causar ao inimigo o maior número de danos antes de a distância entre os contendores encurtar de tal modo que implique o recurso ao combate corpo-a-corpo. Neste, materializa-se o segundo elemento – o **choque**. Aqui, o êxito do combate vai para o contendor que seja capaz de obter sobre o adversário o maior impacto físico directo. Este efeito é conseguido não só através de uma massa superior de combatentes mas também pela velocidade que se possa imprimir a essa massa. Assim, o cavaleiro detém sobre o infante a superioridade que resulta do maior peso e velocidade do conjunto cavalo-cavaleiro. Perante ela, as vantagens do infante são as que decorrem da possibilidade de derrubar o cavaleiro, pelo fogo, antes deste poder usufruir do seu superior poder de choque.

O terceiro EEC – o **movimento** – tem, portanto, influência directa na capacidade de choque, mas não se esgota aí. De facto, a história ensina-nos que, sempre que as inovações técnicas lograram valorizar o elemento fogo, os chefes militares viram-se na necessidade de evitar o combate frontal. De facto, enfrentar directamente uma linha de atiradores, a pé firme, é uma forma pouco arguta de combater e implica um número elevado de baixas. Para evitar os efeitos desgastantes dos ataques frontais, os exércitos apuraram a ideia de manobra. Esta, não é mais do que a utilização judiciosa do movimento para abordar o inimigo da forma mais desvantajosa para ele – flancos e retaguarda. O movimento, naturalmente, valorizava-se na razão directa da velocidade que lhe podia ser imprimida para obter o efeito desejado, com a oportunidade requerida. Durante séculos, o movimento baseava-se nas capacidades de marcha dos infantes e atingia a sua expressão mais veloz através da utilização do cavalo. Já no século XIX, o aparecimento da máquina a vapor introduziu um significativo incremento na capacidade de transporte de tropas e materiais. Não era, ainda, uma forma de movimento vocacionada para o campo de batalha, mas reflectia-se nele através da rapidez que conferia à concentração de meios e ao apoio logístico à distância. Na passagem do século XIX para o século XX, o aparecimento das viaturas com motor de explosão e dos aviões possibilitou a aproximação das novas formas de movimento às próprias frentes de combate.

Apesar de todo o receio que o elemento fogo sempre representou, os exércitos procuraram reduzir os seus efeitos através de medidas de protecção. O escudo, o elmo, a cota de malha, a armadura, a couraça, o capacete de aço, a blindagem, a máscara anti-gás, o colete à prova de bala, etc., são exemplos que materializam o quarto EEC – a **protecção**. Sempre que os combatentes confiaram seriamente nas vantagens dessa protecção, foram tentados a atacar o inimigo frontalmente, procurando romper as linhas inimigas para, só então, tentar batê-lo de flanco ou pela retaguarda. Quando, inversamente, a superioridade do fogo se afirmava categoricamente sobre a capacidade de protecção, restava utilizar o movimento como forma de materializar uma manobra de envolvimento.

Se, todavia, a capacidade de fogo do inimigo for de tal monta e com tal alcance que mesmo os movimentos à distância possam ser seriamente perturbados pelo fogo, então o rei absoluto do campo de batalha é o fogo. Nessas circunstâncias, acaba por prevalecer o modelo da guerra de posições, como sucedeu na 1.ª Guerra Mundial, na frente ocidental, a partir do Outono de 1914. Perante essa espécie de impasse táctico, a solução passa por um esforço técnico no sentido de aumentar a protecção, de modo a voltar a explorar a capacidade de choque. Foi o que sucedeu, em fase adiantada da mesma guerra, quando apareceram os

primeiros carros de combate nos campos de batalha (Somme, Setembro de 1916). O carro de combate aliava o poder de choque (peso) ao fogo (canhão/metralhadora), ao movimento (motor de explosão) e à protecção (blindagem).

Por fim, a condução da guerra requeria a correcta percepção das ameaças, a possibilidade de dar ordens à distância e a recolha oportuna das informações sobre o desenrolar dos combates. Surge, assim, o quinto EEC – o **comando/ligação**. Fazem parte deste elemento, na sua forma mais primitiva e sempre válida, a voz, os sinais acústicos e ópticos, o estafeta e o pombo-correio. Mais recentemente, juntaram-se-lhes o telefone, o telégrafo, a TSF, os modernos meios de comunicação de som e imagem, etc..

O cuidadoso estudo da variação de possibilidades de cada um dos EEC é, por conseguinte, tarefa fundamental na preparação dos exércitos para a guerra. Sempre que a actualização desse estudo é descurada e se aceitam como verdadeiras conclusões carecidas de fundamento, está aberto o caminho para as grandes surpresas no campo de batalha.

O que acabamos de referir pode ser convenientemente ilustrado recordando algumas das ilusões que, no exército francês, fizeram doutrina nos anos que antecederam o primeiro conflito mundial. Toda a doutrina militar das quatro décadas precedentes se havia orientado, progressivamente, para o verdadeiro desígnio nacional que era a recuperação dos territórios perdidos na guerra franco-prussiana de 1870-1871. Embora a geografia do teatro de operações aconselhasse uma postura prudente e defensiva, o certo é que os condicionalismos de natureza histórica fizeram fermentar, nas escolas militares francesas, uma mobilizadora doutrina de *ofensiva a todo o custo*. O espírito de desforra fez perder alguma lucidez no que respeitava às novas armas e equipamentos que a guerra inevitavelmente revelaria. Num exército convencido de que o segredo da vitória se resumiria a uns quantos golpes de valentia, o menosprezo pelos progressos técnicos não podia deixar de acarretar sérias consequências.

Assim, a propósito das metralhadoras, afirmava, em 1910, o Director da Arma de Infantaria: «Vamos fabricá-las, para dar uma satisfação à opinião pública. Mas este engenho não vem alterar coisíssima nenhuma.»[1]

Da conveniência de adquirir artilharia pesada diria, em 1909, na Comissão Parlamentar do Orçamento, o representante do Exército: «Graças a Deus que não temos nenhuma! O que dá força ao Exército francês é a leveza dos seus canhões.» Pressuroso, o ministro da Guerra confirma: «É inútil. Com um número suficiente de disparos de 75 mm, todos os obstáculos serão superados.»[2]

Quanto às possibilidades que se abriam ao emprego militar da aviação, declarava, em 1910, o general Foch, Comandante da Escola Superior de Guerra: «Tudo isso é desporto! Para o Exército, o avião é zero!»[3]

Naturalmente que esta visão negativa da importância dos meios de combate modernos iria reflectir-se no desenvolvimento dos mesmos. Assim, ao iniciar-se a guerra, a França dispunha de 2.500 metralhadoras e 136 aviões contra 4.500 e 220, respectivamente, da Alemanha.

Na Rússia, o movimento de desconfiança perante as inovações era liderado pelo próprio ministro da Guerra, Sukhomlinov. Horrorizava-o ouvir falar em «guerra moderna», sustentando, com arrogância, que «a guerra será o que sempre foi... Todas essas coisas não passam de invenções viciosas».[4]

O resultado destas e doutras subavaliações das potencialidades das armas modernas ficou imediatamente patente na fase inicial da 1.ª Guerra Mundial (Agosto de 1914). A artilharia evoluíra consideravelmente na sua precisão, alcance e rapidez de tiro, produzindo barragens defensivas ou preparações ofensivas de uma densidade surpreendente. As

---

[1] CHARLES DE GAULLE, *La France et son Armée*, Plon, Paris, 1971, p. 220.
[2] *Ibidem*, p. 220.
[3] *Ibidem*, p. 221.
[4] BARBARA W. TUCKMAN, *Os canhões de Agosto*, Editorial Íbis, Amadora, 1964, p. 68.

metralhadoras, por outro lado, trouxeram para o combate próximo um volume de fogos directos absolutamente esmagador. Se adicionarmos a esta realidade um certo orgulho tolo das unidades de infantaria em se lançarem ao ataque em formações compactas, poderemos imaginar a carnificina inglória em que se tornaram os primeiros combates. Antes do início da guerra, algumas vozes lúcidas tentaram, em França, lançar um alerta para a mais que previsível supremacia do elemento fogo. Foi, designadamente, o caso do general Percin, que, mais tarde, haveria de recordar:

> Designado várias vezes para árbitro das manobras e em 1910 para chefe dos árbitros, impressionou-me o pouco interesse que a infantaria mostrava pela utilização do terreno e em todos os meus relatórios disse que, se houvesse guerra, os nossos infantes sofreriam perdas tremendas nos campos de batalha por culpa dos seus chefes. Todos concordavam comigo, mas ninguém conseguia mudar o costume que a infantaria tinha, nos exercícios, de fazer num quarto de hora o que no campo de batalha exige duas horas. E, se eu o conseguisse, a opinião pública caía-me em cima. O que agradava ao público, ávido de emoções militares, o que agradava às autoridades civis que se convidavam para as manobras, não era o que a tropa fazia bem; era, pelo contrário, o que ela fazia mal, eram as marchas intrépidas, debaixo de fogo, em formações absurdas, seguidas de furiosas lutas corpo a corpo. Em 1916, um deputado, em sessão secreta, protestou contra os ataques loucos em que se obrigavam as tropas a atravessar a descoberto, em passo de carga, distâncias de 400 metros. Mas, não era esse género de ataques que todos os anos, antes da guerra, se aplaudiam no 14 de Julho, em Longchamp?[5]

A cavalaria clássica, por seu turno, apesar de ter desempenhado um importante papel no início da guerra, terminaria os seus dias no Verão de 1914. Em 12 de Agosto, um combate travado na Bélgica demonstraria a vulnerabilidade da cavalaria face ao crescente poder de fogo. Nessa data, a cavalaria belga que cobria a aproximação de Louvain logrou um êxito notável contra os esquadrões alemães que procuravam esclarecer a situação a Leste do Mosa. O comandante belga, general de Witte, deixou-se de fantasias do passado, mandou apear os seus homens junto à ponte de Haelen, ordenou-lhes que se protegessem, e, à boa maneira da infantaria, recebeu a tiro de carabina e metralhadora os cavaleiros inimigos que sobre eles carregavam de lanças em riste e sabres no ar. Completamente estupefactos por aquela "violação" das tradições da cavalaria, os alemães foram tombando uns após outros, quase até ao aniquilamento da força atacante.

As guerras travadas nos cinquenta anos anteriores tinham já deixado sinais claros de que a infantaria instalada em trincheiras multiplicava consideravelmente o seu potencial relativo de combate face a um inimigo que avançasse a descoberto. A ideia do soldado de infantaria se arrojar ao solo ou se enfiar num buraco não ia muito bem com as tradições dos exércitos europeus. Não admira, portanto, que esta forma de combate – com o infante colado ao terreno – tivesse aparecido em guerras fora do Velho Continente e, por vezes, com uma componente importante de milicianos. Foram os casos, nomeadamente, da Guerra Civil Americana (1861-1865), da Guerra dos Boers (1899-1902) e da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905). A ideia do infante a confundir-se com o terreno estava, porém, tão afastada do espírito do exército francês que, em Agosto de 1914, o uniforme de combate incluía, ainda, as tradicionais calças vermelhas – cor excelente para dar nas vistas e constituir um bom alvo.

David Martelo

Publicado no Jornal do Exército n.º 499 (Ago/Set2001)

[5] EDUARDO SANTOS, *Estudos de História Militar sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – 1.ª Série*, Ed. do Autor, Lisboa, 1949, p. 118-119.